Por uma razão decolonial e ancestral: conhecimentos tradicionais no bairro Quidé – Juazeiro/BA

Raylane Nayara Souza Batista¹

Resumo

O presente trabalho busca contribuir com a discussão sobre produção de conhecimento sob a perspectiva da teoria Decolonial, tendo como lócus da pesquisa o bairro Quidé localizado na cidade de Juazeiro-Bahia. As perspectivas centrais de análise estão relacionadas com os saberes tradicionais e ancestrais existentes no bairro e como os mesmos podem servir como possibilidades outras de se refletir acerca do processo de produção do conhecimento. Foi utilizado como metodologia a abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica, em uma proposta onde a teoria entrecruza se com a prática, com as narrativas de algumas representações do bairro, para com isso promover entendimentos outros que perpassam as noções de ancestralidade, território e conhecimentos. Os dados coletados com a pesquisa dão conta de uma perspectiva qualitativa e demonstram a existência de múltiplas realidades em um mesmo território que expressam as diferentes possibilidades de produção de conhecimento apreendidas através das construções dos saberes e fazeres dos interlocutores e de suas produções de existência.

Palavras-Chave: Ancestralidade; Decolonialidade; Conhecimentos Tradicionais; Produção de conhecimento.

1. Introdução

A perspectiva epistemológica da teoria decolonial abarca uma compreensão de mundo contra-hegemônica que propõe desestabilizar as bases eurocêtricas da construção do conhecimento, as quais carregam o discurso de uma história única e colonial. A teoria decolonial, conforme vimos, teve seu surgimento atrelado ao grupo modernidade/colonialidade criado por intelectuais latino-americanas/os que sentiam a necessidade de produzir uma abordagem teórica que viesse a debruçar-se sobre os problemas e as subjetividades que compõem a América Latina.

Para tanto, esse grupo de autores, professores universitários, teóricos das ciências sociais advindos de países da América Latina, na busca por uma alternativa que rompesse com a lógica eurocêntrica da produção de conhecimento, da interpretação do mundo e suas relações sociais, propôs refazer os caminhos científicos. Para tanto, foi necessário ir além do processo de des-colonizar os territórios e partir para a decolonização dos percursos do ser e fazer científicos.

Em contrapartida a tais configurações coloniais, a decolonialidade se coloca contra a lógica da colonialidade em um movimento de percepção e retirada dos grilhões que seguem

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos PPGESA/UNEB.

aprisionando e desumanizando para além dos territórios. Dessa forma, busca inserir a América Latina na posição de *locus* de enunciação, ao apresentar uma pluralidade de histórias locais, de subjetividades, de problemáticas que não se assentam apenas no conceito de epistemologias,

“como um conhecimento articulado em harmonia com a coesão das línguas nacionais e a formação do estado-nação” (Mignolo, 2020, p.34), mas, a partir de uma *gnosologia liminar*, que se “constroi em diálogo com a epistemologia a partir de saberes que foram subalternizados nos processos imperiais coloniais” (Mignolo, 2020, p.34).

A gnosologia liminar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno (conflitos imperiais, línguas hegemônicas, direcionalidade de traduções etc.), quanto das margens externas (conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como as etapas subsequentes de independência ou descolonização) (Mignolo, 2020, p. 33).

Posto isso, e inspirados nas/os intelectuais e pesquisadoras/es latino-americanas/os defensores da decolonialidade que apreendem a América Latina como *locus* de enunciação, que o bairro Quidé se anuncia. Localizado em Juazeiro-BA, no Semiárido baiano, um território produtor de conhecimento, de saberes que são produzidos e reproduzidos dentro e fora dos moldes formais de ensino e serão anunciados por suas/seus fazedores em uma perspectiva de ampliação e construção de fazeres educacionais e científicos ancestrais, interculturais, decoloniais, contextualizados e emancipadores.

Desta forma, uma vez que o contexto das interlocutoras e interlocutores são primordiais para a construção de novas possibilidades de conhecimento e para a formação de sujeitos de si, propomos um movimento de correlação entre as vivências e experiências dos mesmos, a teoria decolonial, o Território Semiárido e o lócus da pesquisa em um constante movimento relacional entre teoria e prática.

2 Geopolítica do Conhecimento: Afirmação de Existências

Ao refletir sobre as divisões territoriais, as fronteiras visíveis e invisíveis que separam nações no sistema mundo moderno colonial, é preciso refletir sobre a produção de conhecimento. Pois, como já demonstramos, tal sistema se ancora em processos que hierarquizam e limitam sujeitos, histórias, saberes e culturas.

Assim, ao deslindar o processo de percepção acerca do mito de uma neutralidade e objetividade atrelada ao fazer científico ocidental dito legítimo, que se assentam na lógica do sistema mundo moderno/colonial, o qual, ao definir e relacionar localizações geoistóricas com

localizações epistemológicas produz desigualdades, exploração e subalternização de povos, culturas e saberes.

Nesse sentido, a geopolítica hegemônica do conhecimento, embebida pela longa tradição do cientificismo e eurocentrismo de um conhecimento que se anuncia universal e sem determinações corporais, nos apresenta o retrato do colonizado², que vai existir a partir da relação entre colonizador e colonizado e se concretiza por meio da conexão entre espaço, poder e saber em um processo de hierarquização do poder, do ser e especialmente dos diferentes sistemas de conhecimento.

Walter Dignolo (2020) em sua análise toma como ponto de partida os estudos de Immanuel Wallerstein (1974,1980,1989), em especial sua compreensão sobre sistema-mundo moderno em uma dimensão que permite refletir sobre aspectos políticos, econômicos e culturais a partir das margens, e tem como ponto de chegada a diferença colonial, que seria o espaço onde habitam as histórias locais e ocorre o encontro e rivalização com os projetos globais.

[...] A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. Se a cosmologia ocidental é um ponto de referência historicamente inevitável, as múltiplas confrontações de dois tipos de histórias locais desafiam dicotomias [...] (Mignolo, 2020, p. 10).

Posto isso, nota-se que a diferença colonial criou condições para a criação e manutenção de um imaginário do mundo moderno/colonial no qual a hierarquização e dominação se configuram através da colonialidade do poder ao transformar diferenças em

valores (Mignolo, 2020). Esse processo inaugura uma forma de distinguir os seres humanos pautada, por exemplo, na ideia de raça, em seu sentido moderno ao outorgar legitimidade às relações de dominação que classificaram e subjugaram distintos povos, culturas e conhecimentos (Quijano, 2005).

A colonização dos territórios na América Latina e no continente Africano se consolidaram através de teorias eurocêntricas racistas que serviram para justificar seu *modus operandi*. Revestidos pelo discurso de uma modernização que precisava civilizar os povos ditos “primitivos/selvagens”, a Europa tomou a direção da história do mundo ao defender sua posição como único *locus* de enunciação e, assim, subalternizando outros conhecimentos.

² Em referência ao livro O retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador de, Alberti Memmi, 2007.

No entanto, esse processo obteve muitas críticas, as quais vão surgindo em meio a emergência de anunciar outros locais, outras epistemes, em um movimento de luta para se colocar “em primeiro plano a força e a criatividade de saberes subalternizados durante o longo processo de colonização do planeta” (Mignolo, 2020, p.36). Nesse bojo de novos atores sociais enunciando e anunciando suas histórias o Movimento Negro e seus intelectuais tem papel fundamental, pois propiciaram a produção de um pensamento que válida suas existências e experiências e busca criar conceitos que rompam com a lógica de uma história única, excludente e racista.

Um dos conceitos que se aproximam dessa perspectiva e que ainda está em construção é o Pensamento Afrodiásporico, o qual “abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas” (Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 09). Trata-se do pensamento negro advindo das lutas das populações afrodiáporicas, que se encontram nos movimentos sociais compostos por mulheres e homens negros, quilombolas, de terreiro, da periferia, do sertão e de todos os espaços invisibilizados e marginalizados.

O movimento de enunciação desses grupos perpassa pelo processo de referenciar seus percursos epistemológicos. Assim, seus corpos e territórios se entrecruzam e nessa junção concebem suas formas de existir no mundo, se assemelhando ao entendimento de corpo-política e geopolítica do conhecimento explicitadas pelos autores da decolonialidade.

A pesquisadora Ceres Santos (2020), em sua tese: *A comunicação afrodiáspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos de redes digitais* discorre sobre o pensamento afrodiásporico decolonial afirmando que:

A ênfase do pensamento afrodiásporico à localização dos/as produtores/as de conhecimento é uma explícita crítica à tradição eurocêntrica de universalização da ciência. Ou seja, a produção do conhecimento, considerado local e periférico na modernidade, ganha outra dimensão, onde deixa ‘as margens’ para ocupar o ‘centro’, sendo esse não único, mas diverso. (Santos, 2020)

Da mesma forma que o pensamento afrodiásporico argumenta a favor da afirmação da localização, o conceito de Amefricanidade, definido pela intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez, assim também o faz ao unir a América Latina e o continente Africano. A autora apresenta um feminismo afro-latino-americano dotado de um “caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região” (Gonzalez, 1988, p. 129).

A categoria de amefricanidade criada por González (1988) compreende a perspectiva

político-cultural da história de formação do Brasil, dando ênfase para a concepção da ordem do inconsciente e do desenvolvimento geográfico do país, que vai se afirmar como exclusivamente europeia e branca em um processo de negação, ou melhor, de denegação de sua ladinoamefricanidade. Esse movimento de denegar a identidade ladinoamefriqueana se apoia em um racismo à brasileira, muito característico do processo formativo dos países da América Latina, mas em especial do Brasil, e nesse processo vai se voltar “justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (democracia racial brasileira)” (Gonzalez, 1988).

Ao refletir sobre a constituição da América Latina como um todo, e do Brasil especificamente, e sua relação com África, a autora anuncia as variadas contribuições dos povos africanos, seja na música, na dança, nos dialetos e como todas essas produções de existência e de conhecimento são ocultados da história, ou quando aparecem ocupam o lugar do folclórico. O racismo possui papel fundamental, pois vai estabelecer as razões para que se explore, viole e extermine social, política, culturalmente e epistemologicamente os ditos subalternizados, os filhos das colônias dos países do ocidente, os condenados da terra.

Os condenados são os sujeitos que são localizados fora do espaço e do tempo humanos, o que significa, por exemplo, que eles são descobertos junto com suas terras em vez de terem o potencial para descobrirem algo ou de representarem empecilho para a conquista de seu território. Os condenados não podem assumir a posição de produtores do conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. (Torres, 2018, p. 44).

De acordo com o exposto acima nota-se como as relações de poder são estabelecidas na construção e viabilização de discursos, de símbolos e na concepção de uma racionalidade excludente que não pode admitir que esses sujeitos se nomeiem e contem suas histórias. Conceitos como Amefricanidade e Pensamento Afrodiáporico servem como trampolim, como caminho para desdizer o que está posto como único e universal e dizer em outros termos.

Assim, alternativas de resistência são criadas a partir das vivências, das lutas, dos saberes, dos dialetos e dos territórios desses sujeitos para que deixem de reproduzir os modos coloniais de se comunicar e de dizer sobre si e sobre o outro. A intelectualidade negra tem se empenhado ao longo dos tempos em produzir reflexões acerca do lugar do negro na sociedade e em seus vários atravessamentos, e como tal situação pode ser compreendida como reflexo do processo de colonização e da utilização da categoria raça como organizador e formador das

desigualdades impostas a essa parcela da população.

Beatriz Nascimento (2021) compôs esse grupo de pensadores que se debruçaram em problematizar a formação do Brasil. Ela foi historiadora, professora, poeta e ativista e se dedicou a resgatar a história do negro no Brasil e teceu críticas à ciência e à intelectualidade que não reconheciam as contribuições da população negra brasileira e se recusavam a estudar as mazelas que afetam o negro do ponto de vista da raça. Nascimento (2021) afirma que não se pode estudar o negro no Brasil e seus problemas levando em consideração somente a perspectiva social, como fizeram muitos intelectuais brancos do campo da história e sociologia nos séculos XIX e XX.

Esse tipo de abordagem é a forma primordial dos estudos históricos atuais. Considero para a história do negro brasileiro uma fragmentação um tanto perigosa, porque pretende, na constatação de aspectos, explicar o todo. Um trabalho que trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas socioeconômicos como também raciais. Não se pode incorrer na perpetuação de mistificações, de estereótipos que remontam às origens da vida histórica de um povo que foi arrancado de seu hábitat, escravizado e violentado na sua história real (Nascimento, 2021, p. 38-39)

Ao tecer tais críticas, Beatriz Nascimento (2021) nos convida a refletir acerca das escolhas teóricas de seus colegas pesquisadores, de modo específico, mas também de modo geral, em como a ciência e a Academia parecem não se importar com as especificidades da população negra, com o que está no campo do subjetivo.

O feminismo negro nos propõe esse retorno, ou essa busca por uma produção científica alinhada com a subjetividade de quem a produz, as experiências vivenciadas pelas mulheres negras são imprescindíveis e são utilizadas pela mesmas como critério de investigação e de significação do que buscam compreender. Patricia Hill Collins (2018), ao tratar da perspectiva encontrada por mulheres afro-americanas em relação às dificuldades que encontram em ter suas produções científicas legitimadas pelas normas acadêmicas eurocêntricas nos apresenta alternativas a essas imposições

Nesse contexto, o pensamento feminista negro pode ser visto como um conhecimento subjugado. Tradicionalmente, a supressão das ideias de mulheres negras no interior de instituições sociais controladas por homens brancos levou as mulheres afro-americanas a usar a música, a literatura, as conversas e os comportamentos do cotidiano como espaços importantes na construção de uma consciência feminista negra (Collins, 1998, p. 32-43).

Nessa perspectiva apresentada tanto pelos teóricos da decolonialidade de uma geopolítica e corpo-política do conhecimento, quanto a defendida por intelectuais negros acerca

da importância de se considerar o que está no campo da subjetividade e de se perceber que a produção de conhecimento e de (re)existências da população negra dentro de sua pluralidade está atrelado a sua identidade e as experiências coletivas que vivenciam e compartilham que o Bairro Quidé se anuncia através do olhar, da fala e memória de seus moradores, por meio das sujeitas e sujeitos que movimentam a cultura, a religião, a educação e a história de seu povo.

Assim, defendemos que a memória e a tradição oral andam de mãos dadas em uma concepção diaspórica e ancestral de olhar para frente sem esquecer o passado, onde a formação do bairro Quidé se mistura com a formação de seus moradores e de suas identidades. Ocorre, então, a junção de corpo, território, memória e oralidade em constante movimento, e assim os saberes vão existindo e se tornando “estratégias de resistência, modos de apreensão e transmissão de conhecimentos – com seus aspectos ancestrais e coletivos”(Martins, 2003).

2.1 Pensamentos de Fronteira: A produção de existência dos saberes tradicionais e ancestrais no bairro Quidé, em Juazeiro-BA

Iniciamos esta seção apresentando o conceito de geopolítica do conhecimento como um contraponto aos ditames da ciência moderna, compreendendo que existe uma lógica que constitui o imaginário do mundo colonial/moderno e edifica o pensamento eurocêntrico. Este modelo se inicia no processo de colonização dos territórios, primeiramente de maneira espacial para posteriormente desenvolver e abarcar a história em uma dinâmica de separação onde se encontram “os povos sem história” e “os povos com história”, novamente o discurso acerca de um saber universal (Mignolo, 2020).

O universalismo aqui apresentado está envolto de um jogo antagônico entre a escrita e a oralidade. Analisando-o, será possível perceber como se constituiu o processo de diferenciação entre povos advindos de territórios e culturas distintas. Nesse contexto, Walter Mignolo (2020) argumenta que durante a colonização o primeiro aspecto de diferenciação entre colonizado e colonizador é a escrita. Assim, se estabelece a diferença colonial.

A colonização estabeleceu um modelo econômico de exploração de determinado grupo social para benefício de outro, aspecto que influenciou na conformação da estrutura social, bem como os modelos de produção de conhecimento advindos deste processo, consolidando e moldando o modo de pensar, de ser e de se relacionar da população.

O *modus operandi* construído ao longo da história tratou de colocar a população negra em um lugar de subalternidade em relação aos brancos que ocupavam a posição de elite da

sociedade colonial. A dualidade entre senhor e escravo tomou forma e se perpetuou, de certa maneira, até as gerações atuais.

Logo, o que se apresenta em sequência é a promoção e manutenção de uma compreensão ocidental sobre a produção e transmissão de conhecimento, sendo a mesma condicionada a escrita, tornando o ato de escrever um marco separatório entre povos, e aspecto definidor entre quem era compreendido como civilizado e quem não. Essa perspectiva estava comprometida com os ideais eurocêntricos de conhecimento e relegou à margem toda a herança oral dos povos não letrados, como aponta Souza, Silva (2021, p. 16)

Os paradigmas aos quais fundamentam a visão de mundo da sociedade moderna se formalizam em simbologias embasadas na escrita. O conhecimento que é produzido e propagado como verdades científicas, relega à categoria de nulidade, a possibilidade de haver sabedorias fora do núcleo hegemônico da ciência. (Souza; Silva ,2021, p. 16)

Considerando os aspectos que compõem o passado colonial e como o mesmo interfere no entendimento e na legitimação desses saberes ancestrais e conhecimentos tradicionais que este trabalho busca trazer à tona saberes que foram invisibilizados, pois correspondem a corpos, a territórios e culturas nominadas como marginais, subalternas e inferiores. A construção do conhecimento pautado em uma racionalidade que deslegitima outros saberes acabou produzindo uma epistemologia carregada de preconceitos que limitam o fazer científico e a produção de novas narrativas.

Nessa perspectiva, partimos de uma noção geral de povos e comunidades tradicionais que se assenta no Decreto Federal 6.040/2007, o qual define os povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (DECRETO 6.040/2007).

Essa definição reconhece uma noção já vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais, concretizada a partir do que pensam e como se identificam os interlocutores sujeitos da pesquisa, considerando suas vivências e experiências.

Dessa forma, é importante considerar, sob o viés do conceito da ancestralidade, que os saberes existentes no bairro Quidé, os quais nos debruçarmos, possuem uma forte relação ancestral, pois abrange costumes, crenças e tradições transmitidos pelos predecessores daquelas

e daqueles que continuam mantendo sua produção e reprodução. Assim, ao utilizarmos ambos os conceitos de ancestralidade e tradição, estamos apontando para a existência de uma relação de coletividade que compreende os sujeitos de hoje com os que os antecederam.

A ancestralidade é uma categoria de relação - no que vale o princípio de coletividade - pois não há ancestralidade sem alteridade. Toda alteridade é antes uma relação, pois não se conjuga alteridade no singular. O outro é sempre alguém com o qual me confronto ou estabeleço contato. Onde tem alteridade temos relação. A ancestralidade é uma categoria de relação porque ela é um dos modos pelos quais as relações são geridas. *Stricto sensu*, diria mesmo que a ancestralidade é o princípio, ela mesma, de qualquer relação (Oliveira, 2007, p. 258)

Logo, ao nos debruçarmos sobre quais saberes e quais sujeitos estão produzindo é preponderante nos atentarmos para o lugar de onde os mesmos estão vindo, pois nesse processo de tentar compreender as subjetividades e complexidades dessas experiências, está se falando em afirmar as suas localizações nas estruturas de poder.

Se tratam de construções de saberes que possuem em sua base a necessidade de afirmar suas experiências corpo-território. Onde a corporeidade desses sujeitos está unida ao território que habitam e juntamente com sua cultura e história traçam o percurso para compreensão de seus saberes e suas formas de existir. (Haesbaert, 2021).

Nesse sentido, não se trata apenas de de(s)colonizar o conhecimento, mas de contextualizar o território, sua história e as sujeitas (os) que coexistem para que possam construir seu entendimento interpretando o contexto, ao mesmo tempo que fortalecem a comunidade e os conhecimentos e saberes tradicionais característicos de sua formação. (Souza;Cavalcanti;Reis, p. 10).

Portanto, faz-se necessário perceber que versar sobre essas produções é aludir sobre a corpo-política do conhecimento, conceito que tem relação direta com a decolonialidade, e com os princípios que a mesma emana, pois compreende o conhecimento e o seu fazer como algo preponderante, em especial quando se trata de corpos negros e sertanejos em comunhão.

O uso do respectivo conceito está ancorado nas análises feitas por Fanon (1967) e Anzaldúa (1987) em consonância com Ramón Grosfoguel que se utiliza da expressão para defender a ideia de que todo conhecimento possui um lado, um lugar de enunciação.

As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas. Não estou a reivindicar um populismo epistêmico em que o conhecimento produzido a partir de baixo seja automaticamente um conhecimento epistêmico subalterno. O que defendo é o seguinte: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com geopolítica e corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a

objetividade desinserida e não situada da geopolítica do conhecimento é um mito ocidental (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Ao lançar mão do conceito de geopolíticas e corpo -política do conhecimento vamos ao encontro do bairro Quidé e todas as suas subjetividades, trazendo para a escrita as memórias, as trocas ali existentes e que fazem parte do processo constitutivo dos saberes ancestrais e conhecimentos tradicionais do campo das manifestações culturais populares, das religiões de matriz africana e da sua relação com outras formas de saber que ali são possíveis.

Para tanto, é essencial falar sobre a formação do bairro Quidé e como este processo está profundamente relacionado com o surgimento das casas de candomblé no bairro. No artigo: “À Sombra das árvores dos terreiros, caminhos e histórias se cruzam: relatos de ocupação do bairro Quidé em Juazeiro-Bahia (1960-1970)”, de Mário Ribeiro dos Santos encontramos um trabalho que versa sobre como as experiências do passado são preponderantes para se compreender o processo de formação do bairro. Para tanto, o autor utiliza da fala de moradores e lideranças do Quidé que trazem em suas narrativas o quanto a formação do bairro tem relação direta com a formação das religiões de matriz africana, das casas de candomblé.

As personagens principais são: Florentina da Silva Rosa (Dona Flora) e Maria Paixão Martins dos Santos (Maria do Tempo). Ambas fizeram uso de suas memórias e vivências para contar sobre a formação do bairro e também para demonstrar um lado da história que acaba não sendo considerada como relevante. Segundo Santos (2018, p. 118): “Dito de outra forma, as memórias não se apresentam prontas, com os acontecimentos encadeados, pelo contrário, elas chegam até o presente por inquietações exteriores que desassossegam as histórias que estavam adormecidas”.

Os aspectos que permeiam o processo de ocupação do bairro Quidé podem ser percebidos sob uma perspectiva que engloba território e corpo como partes integrantes da formação desse lugar forjado a partir das vivências, das práticas de existência que permeiam seus moradores, como por exemplo, a grande concentração de terreiros e a consequência disso para a produção de negociações para o seu existir.

O bairro Quidé por concentrar o maior número de terreiros da cidade, nas décadas de 1960-1970, assistia no seu cotidiano invasões às residências dos pais e mães de santo, interrupções de festas, apreensão de objetos de cultos e prisão de lideranças que insistiam em desobedecer as regularidades do sistema (Santos, 2018).

Considerando tais aspectos, podemos perceber como os terreiros e as religiões de matriz africana ocupam um lugar de destaque na base histórica e formativa do bairro Quidé, seus ritos,

festas, alimentação, organização social fazem parte da identidade dos que ali moram. Assim, as narrativas apresentadas por Santos (2018), com personagens e memórias que descrevem o Quidé em seu processo inicial de formação, se entrecruzam com as narrativas de uma das interlocutoras da presente pesquisa. Mãe Edna representa a continuidade da ancestralidade, ela é filha de Dona Flora e junto com seus irmãos mantêm vivos os conhecimentos de quem a antecedeu.

Durante as entrevistas ela falou sobre a importância dos terreiros para a comunidade, pois serviam como espaços de acolhimento em diversas situações. Nesse ponto, memória e oralidade dão conta de contar uma parte da ancestralidade que se movimenta em circularidade, pois não possui fim.

Minha avó (Mãe Filhinha) morava mais acima, lá no morro, que hoje se chama Pedra do Lorde, lá tinha o terreiro dela. Ela morava no bairro Santo Antônio, o terreiro era lá, depois ela veio e mudou o terreiro pra cá e tirou do centro da cidade, e ela veio pra Pedra do Lorde, hoje é Pedra do Lorde, Palmares. E nesse vai e vem, a gente enfrentava muito caminhada por ali, eu via muita coisa, quando houve a necessidade de também meus pais se cuidarem na parte de candomblé e a primeira a entrar na parte de candomblé por necessidade, por doença, por muita preocupação de ter a saúde dela foi minha mãe, já era manifestada, já fazia os trabalhos para entidade dela, e ela foi a primeira a entrar na parte de orixá, aí é onde veio a junção, o Afro-indígena (Mãe Edna).

Este excerto da entrevista com Mãe Edna descreve parte de seu processo constitutivo, desde a formação de sua ancestralidade, até sua chegada ao bairro e a saída dos terreiros do centro para a periferia da cidade. Mais uma vez corpo e território se apresentam em comunhão demonstrando como as identidades são forjadas a partir do território e das territorialidades.

Posto isso, pensemos a significação do corpo para as religiões de matriz africana, de acordo com Oliveira (2005) “O corpo na cultura de matriz afrodescendente pode ser compreendido a partir dos três princípios fundamentais da cosmovisão africana: diversidade, integração e ancestralidade”. Estes três princípios dão conta de aspectos fundamentais dos saberes tradicionais e ancestrais, pois descrevem, a partir da noção de corpo, seus múltiplos significados culturais, a interação entre diferentes seres e o processo de anterioridade e continuidade que se constituem em um tempo regido pela circularidade.

A produção de conhecimento que se inicia nos terreiros do bairro Quidé se amplifica e produz outros caminhos, outros espaços de atuação a partir da sua realidade e dentro do seu território. Assim, surgem o Afoxé Filhos de Zaze e a Junina Buscapé, projetos que buscam romper com a percepção marginalizada do bairro e da comunidade ao oportunizar através da arte e da cultura o fortalecimento da tradição e a construção de novas possibilidades de

existência.

No livro *Memórias do Povo de Terreiro: histórias da religiosidade de matriz africana no município de Juazeiro-Ba*, a autora Ioná Pereira (2021), fala sobre a importância da religião de matriz africana para a cidade ao apresentar a história de várias casas de candomblé e das pessoas que as constroem. Em um dos capítulos ela traz a fala de Florisvaldo Rosa, morador do Quidé, filho de Dona Flora, Ogã do Ilê Asè Ayra Onyndancor e um dos fundadores do Afoxé Filhos de Zaze.

Florisvaldo Rosa atribuiu a criação do Afoxé ao sentimento de fortalecer e valorizar o seu povo, de mostrar para a sociedade que eles existiam e estavam ali construindo coletivamente suas lutas e honrando suas ancestralidades. Pereira(2021), ao escutar e transcrever as narrativas de sacerdotisas, sacerdotes e filhos das diversas casas de candomblé de Juazeiro, possibilitou o encontro com os conhecimentos culturais dessas comunidades e suas múltiplas formas de transmissão e recriação de seus signos e símbolos.

Os conhecimentos produzidos a partir da ancestralidade e da tradição no bairro Quidé se encontram nas manifestações religiosas e culturais, como no Afoxé, nas rodas de capoeira, na quadrilha junina, e são formadas em um movimento dinâmico entre corpo-território-ancestralidade. O qual, oportuniza a produção e leitura de mundo a partir da margem, e com isso assegura a preservação e continuidade dos conhecimentos, ritos e formas de vivência de seus antepassados e mantém viva a história e a memória do bairro e de seus moradores.

Para tanto, é necessário que se produzam desobediências epistêmicas que venham a decolonizar os processos de produção e reprodução do conhecimento. Nesse ponto, memória e oralidade figuram como importantes elementos para a proposição de outras racionalidades, e, por conseguinte, de outras práticas educativas.

Para a tradição africana, a fala é considerada divina, tendo uma importância crucial para a educação, a transmissão de valores e da própria história. A memória de quem utiliza a oralidade para transmitir conhecimento é muito ampla. Os guardiões da tradição oral africana (os domas) detêm o conhecimento transmitido pela tradição oral de sua comunidade (Alves; Silva, 2016. p. 08).

A oralidade, em relação direta com a memória, é traço característico dos conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais e repousa sua transmissão não só no ato de falar, mas também na maneira como o corpo performa guardando cada parte da sua cultura nos ritos, mitos e cantos, na complexidade característica da história de seu povo e de sua formação revelando na voz e no corpo caminhos para produzir existências (Martins, 2003). Sendo assim, é necessário evocar estes símbolos que a caracterizam ao olhar para as mulheres e homens que produzem

tais conhecimentos, e perceber que, tanto a oralidade como a escrita carregam em suas especificidades formas de perceber, de descrever o mundo e de produzir conhecimento.

Tudo que uma geração pratica em costumes, adquiridos e reinventados, através da comunicação oral, por meio de rituais, usos e mitos passados de uma para outra, contextualizando para uma civilização, é chamado de tradição. É a transferência da herança cultural. Por meio da fala, a sabedoria ancestral é resguardada e tributada a uma enunciação pontual, que podemos denominar “tradição oral” (Araújo, 2016. p 259-260).

A tradição oral possui papel importante, pois carrega a história, a ancestralidade de sociedades que compreendem a transmissão de conhecimento sob outra perspectiva, pois entendem todas as coisas de forma integral. Destarte, o exposto acerca da produção de saberes tradicionais e ancestrais no bairro Quidé, foi possível notar a importância do corpo em comunhão com o território, assim como da memória com a oralidade, e dessa relação tem-se a ancestralidade como elo que une e materializa outras possibilidades de produções de conhecimento.

Logo, é necessário romper com a lógica da diferença colonial que propõe o apagamento e/ou marginalização, e construir alternativas outras, como a experienciada no bairro Quidé ao fazer da ancestralidade uma tecnologia de fortalecimento, continuidade e de meio para a promoção do respeito à diversidade cultural da comunidade.

Assim, refletir sobre possibilidades de conhecimento, é pensar sobre possibilidades de existências e como as mesmas podem coexistir e viabilizar a produção de diferentes experiências de aprender e ensinar, que possam se compreender e se relacionar em diálogo, e assim questionar o pensamento moderno eurocêntrico.

3. Conclusões

Os conhecimentos produzidos a partir da ancestralidade e da tradição no bairro Quidé se encontram nas manifestações religiosas e culturais, como no Afoxé, nas rodas de capoeira, na quadrilha junina, e são formadas em um movimento dinâmico entre corpo-território-ancestralidade. O qual, oportuniza a produção e leitura de mundo a partir da margem, e com isso assegura a preservação e continuidade dos conhecimentos, ritos e formas de vivência de seus antepassados e mantém viva a história e a memória do bairro e de seus moradores.

Para tanto, é necessário que se produzam desobediências epistêmicas que venham a decolonizar os processos de produção e reprodução do conhecimento. Nesse ponto, memória e oralidade figuram como importantes elementos para a proposição de outras racionalidades,

e, por conseguinte, de outras práticas educativas.

Os saberes encontrados nas manifestações culturais e religiosas do bairro Quidé demonstram a construção da noção de pertencimento, de afirmação de suas identidades, de construções de saberes que surgem, a partir das suas existências no bairro e em comunidade. Os aspectos que permeiam suas existências dão conta de uma conjunção de corpo, memória, oralidade e ancestralidade e da conjunção dessas categorias surgem as subjetividades e especificidades dos conhecimentos que produzem.

Nessa perspectiva, a ancestralidade se apresenta em comunhão com a memória como “fundamentos políticos e políticas de saber” (Rufino, 2021, p. 24). Assim, suas existências transitam na transmissão dos ensinamentos das folhas na religião de matriz africana, ou no entendimento do protagonismo de suas histórias através da dança com a junina buscapé, em um movimento de afirmação e de questionamento das obediências epistêmicas impostas pelo cânone hegemônico.

Referências

ALVES, Almeida Rosa Maria; SILVA, Oliveira Gualter Kleyton. A transmissão oral nos terreiros de candomblé: memória e história do povo descendente de africanos em Juazeiro- Ba. I Congresso Internacional da diversidade do Semiárido, 2016.

ARAÚJO, Albertina Maria Ribeiro Brito de; MELO, Luana Fernandes; CAMPOS, Wilma Danyella Brasil; MELO, Rodrigo Rehem de; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – Vivências a partir da experiência local. Cadernos de Agroecologia. Anais do II SNEA, Vol. 12, nº1, Jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a Instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Casa Civil, Brasília.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado GROSFOGUEL, Ramón (Org). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. Ed; - Belo Horizonte: Autêntica. p.139-170, 2019. (Coleção cultura negra e identidades).

COSTA, Bernardino Joaze, TORRES, Maldonado, Nelson, GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiásporico. 2. Ed; --Belo Horizonte: Autêntica. p. 9 –26 Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan/jun). 1988, p. 69-82.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-

coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais. 80, Março 2008: 115-147. Documento eletrônico. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 13 de junho de 2023.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Livro digital, PDF.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar de memória. Letras nº 26 – Língua e Literatura: Limites e Fronteiras. 2003.

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. 1. ed. rev. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Org. Alex Ratts. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira. Fortaleza, 2005. 353 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará. Documento eletrônico. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36895>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Documento eletrônico.

RUFINO, Luiz. Vence-Demanda: educação e descolonização. 1.ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 84 p.; 19 cm.

SANTOS, Ceres Marisa Silva dos. *A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais*. 2020. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo/USP. São Paulo.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. À sombra das árvores dos terreiros, caminhos e histórias se cruzam: relatos de ocupação do bairro do Quidé em Juazeiro – Bahia (1960-1970). Revista Escripturas, v. 2, n.1. 2018. p. 117-135. ISSN: 2526-6543.

SILVA, Ioná Pereira da. Memórias do Povo de terreiro: histórias da religiosidade de matriz africana no município de Juazeiro-BA. Ilustrações: Nina Rosa Pereira Ledoux - Juazeiro: Arte Cajuína, 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Valdo Sousa da. Conhecimentos Tradicionais versus Conhecimentos Científicos? Em defesa de uma educação que religue os saberes. Educação profissional e tecnológica em Revista, v, nº Especial: Sabores dos Povos e Comunidades Tradicionais na composição da EPT, 2021 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

TORRES, Nelson Maldonado. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas

dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado GROSFOGUEL, Ramón (Org). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. Ed; - Belo Horizonte: Autêntica. p. 27 – 53, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

Por una razón Decolonial y ancestral: saberes tradicionales en el barrio Quidé- Juazeiro/BA

Resumen

El presente trabajo busca contribuir a la discusión sobre la producción de conocimiento desde la perspectiva de la teoría decolonial, teniendo como locus de investigación el barrio Quidé ubicado en la ciudad de Juazeiro-Bahia. Las perspectivas centrales de análisis están relacionadas con los conocimientos tradicionales y ancestrales existentes en el barrio y cómo pueden servir como otras posibilidades para reflexionar sobre el proceso de producción de conocimiento. Se utilizó como metodología un enfoque cualitativo con investigación bibliográfica, en una propuesta donde se entrelaza la teoría con la práctica, con las narrativas de algunas representaciones del barrio, para promover otras comprensiones que permean las nociones de ascendencia, territorio y conocimiento. Los datos recolectados con la investigación brindan una perspectiva cualitativa y demuestran la existencia de múltiples realidades en un mismo territorio que expresan las diferentes posibilidades de producción de conocimiento aprendido a través de las construcciones de los saberes y acciones de los interlocutores y sus producciones de existencia.

Palabras-clave: Ascendencia; Descolonialidad; Conocimiento Tradicional; Producción de conocimiento.

Pour une raison décoloniale et ancestrale : les savoirs traditionnels du quartier Quidé - Juazeiro/BA

Résumé

Le présent travail cherche à contribuer à la discussion sur la production de connaissances du point de vue de la théorie décoloniale, ayant comme lieu de recherche le quartier Quidé situé dans la ville de Juazeiro-Bahia. Les perspectives centrales de l'analyse sont liées aux connaissances traditionnelles et ancestrales existant dans le quartier et à la manière dont elles peuvent servir d'autres possibilités de réflexion sur le processus de production de connaissances. Une approche qualitative avec recherche bibliographique a été utilisée comme méthodologie, dans une proposition où la théorie s'entremêle avec la pratique, avec les récits de certaines représentations du quartier, afin de promouvoir d'autres compréhensions qui imprègnent les notions d'ascendance, de territoire et de connaissance. Les données recueillies avec la recherche offrent une perspective qualitative et démontrent l'existence de réalités multiples sur un même territoire qui expriment les différentes possibilités de production de connaissances apprises à travers les constructions des connaissances et des actions des interlocuteurs et leurs productions d'existence.

Mots-clés : Ascendance ; Décolonialité ; Connaissances traditionnelles ; Production de connaissances.

For a Decolonial and ancestral reason: traditional knowledge in the Quidé neighborhood - Juazeiro/BA

Abstract

This study seeks to contribute to the discussion on knowledge production from the perspective of Decolonial Theory, with the Quidé neighborhood located in the city of Juazeiro, Bahia, as the research locus. The central perspectives of analysis are related to the traditional and ancestral knowledge existing in the neighborhood and how they can serve as other possibilities for reflecting on the process of knowledge production. The qualitative

approach with bibliographic research was used as the methodology, in a proposal where theory intersects with practice, with the narratives of some representations of the neighborhood, in order to promote other understandings that permeate the notions of ancestry, territory and knowledge. The data collected with the research account for a qualitative perspective and demonstrate the existence of multiple realities in the same territory that express the different possibilities of knowledge production learned through the constructions of the knowledge and actions of the interlocutors and their productions of existence.

Keywords: Ancestry; Decoloniality; Traditional Knowledge; Knowledge Production.